



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Fernando Martins.

118  
g

210

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0207249-9  
AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE  
AGRAVADO: MARIA ELISABETE MENEZES DUQUE  
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS  
Sexta Câmara Cível

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PLANO DE SAÚDE. APLICAÇÃO DO CDC. ABUSIVIDADE DO REAJUSTE NAS MENSALIDADES DO PLANO INDIVIDUAL EM RAZÃO DE MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. AGRAVO IMPROVIDO.

-Aplica-se o CDC nos serviços prestados pelos planos de saúde, já que a seguradora enquadra-se na definição de fornecedor, conforme dispõe o *caput* do artigo 3º da referida disposição de lei.

R 367 M  
-É lícita a cláusula contratual que prevê aumento da mensalidade em virtude da mudança de faixa etária. Contudo, além de, expressamente, estipulada na avença, tal previsão deve ser feita de maneira clara, facilitando o entendimento do consumidor, bem como em percentual razoável, que viabilize a permanência do consumidor naquele plano de saúde.

-Com o advento da Lei de nº 9656/98, passaram obrigatoriamente a constar nos contratos de planos de saúde as sete faixas etárias, quais sejam, de 0 a 17 anos; de 18 a 29 anos, de 30 a 39 anos, de 40 a 49 anos, de 50 a 59 anos, de 60 a 69 anos e de 70 anos ou mais, com os respectivos percentuais de reajuste de cada uma. Sendo que, o valor da última faixa deve ser, no máximo, seis vezes o valor da primeira faixa.

-No caso em exame, o contrato foi celebrado antes da vigência da Lei nº 9656/98, apresentando tabela de reajuste para mudança de faixa etária, contudo, a cláusula se mostra de difícil compreensão, ao passo que não fixa percentuais para tais reajustes, utilizando como fórmula de cálculo a US (Unidade de Serviço), que leva em consideração diversas variáveis, mostrando-se, portanto, bastante abusiva o aumento de 99,9% (noventa e nove vírgula nove por cento), quando da mudança de faixa etária de 55 anos para 56 anos.

- Agravo improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 0207249-9, em que é agravante **SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE**, e agravada **MARIA ELISABETE MENEZES DUQUE**;

Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao Agravo de Instrumento.

Recife, 18 de 08 de 2010.

DES. FERNANDO MARTINS  
RELATOR

tefh





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Des. Fernando Martins.*

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0207249-9**

**AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE**

**AGRAVADO: MARIA ELISABETE MENEZES DUQUE**

**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**

**Sexta Câmara Cível**

114  
J

211

**Relatório**

Trata-se de recurso de Agravo de Instrumento em face de decisão proferida pelo Juiz da 21ª Vara Cível da Comarca da Capital que, nos autos da Ação Ordinária com Pedido de Antecipação de Tutela interposta pela agravada, concedera, em parte, a antecipação pretendida para determinar à seguradora, ora recorrente, que suspendesse a cobrança no valor de R\$ 679,99 (seiscentos e setenta e nove reais e noventa e nove centavos), fixando, provisoriamente, o percentual de 30% (trinta por cento) a ser aplicado sobre o valor cobrado até novembro/2009, sem prejuízo da aplicação do percentual de reajuste definido pela ANS, a vigorar até ulterior deliberação. Determinou, ainda, à recorrente que emitisse, no prazo de 5 (cinco) dias, novo boleto com o valor resultante do que foi deliberado, sob pena de incorrer em multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais) e outras sanções.

Alega a agravante que a decisão *a quo* mereceria ser reformada, posto que inexistentes os requisitos para a concessão da antecipação da tutela jurisdicional, porque, dentre outros argumentos, a cláusula que permite o reajuste não seria abusiva e já era de conhecimento da seguradora, não podendo ser anulada, porque a agravante não estaria aumentando os prêmios de maneira arbitrária, mas tudo conforme o contrato estipulado entre as partes.

Às fls. 102/105, fora indeferido o efeito suspensivo perseguido pela agravante.

A parte agravada não ofertou contrarrazões, conforme certidão colacionada à fl. 111

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 03 de maio de 2010.

  
**DES. FERNANDO MARTINS**  
**RELATOR**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Des. Fernando Martins.*

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0207249-9

AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE

AGRAVADO: MARIA ELISABETE MENEZES DUQUE

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

Voto

Infere-se dos autos que a agravada, em novembro de 2009, pagava a mensalidade no valor de R\$ 362,36 (trezentos e sessenta e dois reais e trinta e seis centavos), incidindo, no mês posterior, um reajuste de 99,9% (noventa e nove vírgula nove por cento), referente à mudança de faixa etária, passando a mensalidade para o valor de R\$ 679,99 (seiscentos e setenta e nove reais e noventa e nove centavos).

Primeiramente, frise-se que a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) não deve ser afastada, porque, na prestação dos serviços de plano de saúde, a seguradora enquadra-se na definição de fornecedor, perfazendo-se verdadeira relação jurídica de consumo, não apresentando o contrato interrupção em sua validade.

Dessa forma, há relação de consumo estabelecida entre as partes que merece ser ressaltada, pois foi realizado contrato de adesão referente a plano de saúde, cujas cláusulas devem ser interpretadas de maneira mais favorável ao(à) consumidor(a), conforme prevê o art. 47, CDC.

No contexto de reajuste de prestações de contrato de saúde, as empresas têm direito a fazer dois aumentos no caso do plano individual: anual e faixa etária.

Especificamente em relação à faixa etária, a Lei nº 9.656/98 determina que os planos apresentem, obrigatoriamente, sete faixas que devem estar estabelecidas no contrato, com os respectivos percentuais de aumento, devendo o valor estipulado para a última faixa (70 anos ou mais), representar, no máximo, seis vezes o valor da primeira faixa (até 17 anos).

No caso dos autos, o contrato redigido em meados de 2005, apresenta tabela de reajuste, apesar de utilizar como parâmetro faixas de idade diversas das definidas em lei. Contudo, há que se verificar que a cláusula em questão se mostra de difícil compreensão, ao passo que não fixa percentuais para



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Des. Fernando Martins.*

213

120

tais reajustes, utilizando como fórmula de cálculo a US (Unidade de Serviço), que leva em consideração diversas variáveis.

Assim, inexistente clareza contratual em relação ao real percentual de reajuste aplicado nas majorações por faixa etária, de modo que se constata a flagrante abusividade da cláusula em questão. Dessa forma, o aumento de 99,9% (noventa e nove vírgula nove por cento), quando da mudança de faixa etária de 55 anos para 56 anos, sem dúvida, mostra-se abusivo.

Desta feita, de modo geral, não se configura ilícita a cláusula contratual de plano de saúde que prevê o aumento da prestação em virtude de mudança de faixa etária. Contudo, além de, expressamente, estipulada na avença, tal previsão deve ser feita de maneira clara, facilitando o entendimento do consumidor, **bem como em percentual razoável, que viabilize a permanência do consumidor naquele plano de saúde.** Não se pode permitir que dito aumento sujeite ao arbítrio de uma das partes todo efeito do negócio jurídico.

Frise-se que, em casos análogos, este Tribunal tem entendido que o percentual, de reajuste utilizado, em razão da mudança de faixa etária, é o de 11,75% (onze vírgula setenta e cinco por cento), estabelecido pela ANS, até que o consumidor complete 60 (sessenta) anos, quando não se permite mais a incidência de qualquer reajuste, nos termos da Lei de nº 10.741 (Estatuto do Idoso). Contudo, não se pode reformar a decisão recorrida neste sentido, porque apenas a empresa seguradora figura como recorrente.

Deste modo, a decisão que concedeu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para fixar o reajuste em 30% (trinta por cento) não merece reparo, porque houve, sim, abusividade em tal reajuste aplicado no contrato em questão, quando do implemento da idade de 56 anos pela segurada/recorrida.

Desta feita, pelos motivos expostos, nego provimento ao agravo.

É como voto.

Recife, 10 de 1 de 2010.

**DES. FERNANDO MARTINS**  
**RELATOR**